

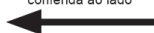


PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE  
JORNAIS S/C LTDA

<https://sdocs.safeweb.com.br/porta/Validador?publicID=e1a42c0f-0be1-45d6-a9ef-a54b83351ee3>  
Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:

## SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON

Demonstrações financeiras  
encerradas em 31 de dezembro de 2025  
com relatório dos auditores independentes



Ref.: B – 186/26R.

Curitiba (PR), 30 de abril de 2026.

Aos Diretores e Administradores da  
**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
Campina Grande do Sul - PR

Em cumprimento ao nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## CONTEÚDO

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras</b>	<b>03</b>
<b>Balanço Patrimonial – Ativo</b>	<b>07</b>
<b>Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>08</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>09</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Social</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da  
**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
Campina Grande do Sul - PR

### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 R1).

### **Base para opinião com ressalvas**

- a) Conforme a nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2025 a Entidade mantém registrado na rubrica do Imobilizado o montante de R\$ 136.763.798 (R\$ 122.408.608 em 2024), para os quais: (i) apresentam divergência de R\$ 7.671.077 (R\$ 4.197.888 em 2024) nos saldos de custos dos ativos imobilizados e o controle patrimonial; (ii) apresentam divergência de R\$ 8.822.179 (R\$ 10.127.531 em 2024) nos saldos de depreciação dos ativos imobilizados e o controle patrimonial; (iii) A Entidade não realizou a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, para avaliar as taxas de depreciação de seus imobilizados; e (iv) Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto aos critérios adotados para mensuração, reconhecimento e classificação do saldo de Terrenos e Florestas, no montante de R\$ 60.394.840, bem como, quanto a recuperabilidade destes valores, conforme dispõe o CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Desta forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a totalidade desses valores, nem tampouco determinar o valor dos ajustes, bem como determinar os efeitos em contas patrimoniais, de resultado e do patrimônio líquido.

- b) Conforme a nota explicativa n° 13, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantém registrado na rubrica de Fornecedores o montante de R\$ 14.014.513 (R\$ 24.127.860 em 2024). O controle auxiliar apresenta saldo no montante de R\$ 17.253.423 (R\$ 34.911.813 em 2024), resultando em um saldo contabilizado a menor no montante de R\$ 3.238.910 (R\$ 10.783.953 em 2024). Não podemos precisar se o valor contábil ou o relatório auxiliar está correto. Desta forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a totalidade desses valores, nem tampouco determinar o valor dos ajustes, bem como determinar os efeitos em contas patrimoniais, de resultado e do patrimônio líquido.
- c) Conforme as notas explicativas n° 20 e 21, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantém registrado na rubrica de Receita Operacional Líquida o montante de R\$ 385.929.812 (R\$ 424.301.633 em 2024) e na rubrica de (-) Custo dos Serviços Prestados o montante de R\$ 343.474.206 (R\$ 354.179.527 em 2024). Nos termos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a receita deve ser reconhecida quando ou à medida que a obrigação de desempenho for satisfeita. Os custos desses serviços prestados, por sua vez, devem ser reconhecidos em conformidade, de modo que os dispêndios e as receitas correspondentes sejam confrontados no mesmo período. Verificou-se, contudo, que a Entidade reconhece a receita por ocasião do envio das contas médicas e os custos com serviços médicos por ocasião do recebimento da nota fiscal. Desta forma, há um descasamento no resultado em razão das diferentes práticas de reconhecimento, sendo assim, não foi possível determinar o valor dos ajustes, bem como determinar os efeitos em contas patrimoniais, de resultado e do patrimônio líquido.
- d) Conforme a nota explicativa n° 24, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantém registrado na rubrica de Receita com Cessão de Direitos, no grupo de Outras Receitas e Despesas no resultado, o montante de R\$ 81.357.926 referente à cessão de direitos creditórios decorrentes do processo judicial em curso para revisão da Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP). Os termos contratuais da cessão contêm cláusulas que, a depender do desfecho da ação judicial, podem ou não ensejar a obrigação de devolução dos valores recebidos ao fundo cessionário. Em razão dessa ambiguidade contratual, não foi possível concluir, com segurança, se os riscos e benefícios associados aos referidos créditos foram transferidos ao cessionário. Desta forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o correto registro da totalidade desses valores no resultado do período e seus possíveis efeitos em contas patrimoniais e do patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalvas.

## Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 02 de junho de 2025, com parecer adverso.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 30 de abril de 2026.

**FABIO EDUARDO LORENZON**  
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6

**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	43.453.097	34.684.285
Aplicações Financeiras	5	26.998.827	26.947.076
Contas a Receber	6	30.874.626	31.437.610
Estoques	7	11.552.812	5.824.674
Impostos a Recuperar		668.234	169.194
Adiantamentos	8	811.140	11.248.122
Outros Créditos		-	20.427
Despesas do Exercício Seguinte		41.718	39.431
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>114.400.454</b>	<b>110.370.819</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos Judiciais	9	2.549.793	2.586.503
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>2.549.793</b>	<b>2.586.503</b>
<b>Imobilizado</b>	10	<b>136.763.798</b>	<b>122.408.608</b>
<b>Intangível</b>	11	<b>778.489</b>	<b>1.189.062</b>
<b>Direito de Uso</b>	12	<b>92.746.669</b>	<b>69.139.558</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>232.838.749</b>	<b>195.323.731</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>347.239.203</b>	<b>305.694.550</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	14.014.513	24.127.860
Empréstimos e Financiamentos	14	8.569.294	5.990.802
Obrigações Sociais	15	14.550.332	16.697.576
Obrigações Tributárias		658.288	578.616
Passivo de Arrendamento	12	1.079.037	735.710
Adiantamentos de Clientes		6.725.724	8.506.005
Outras Obrigações	16	4.415.165	1.965.523
Receitas Diferidas - Subvenções a Executar	17	16.634.682	16.824.352
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>66.647.035</b>	<b>75.426.444</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	14	53.461.732	46.679.359
Receitas Diferidas - Subvenções a Executar	17	60.645.373	59.443.263
Passivo de Arrendamento	12	98.427.972	69.557.553
Provisão para Contingências	18	3.500.573	4.424.431
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>216.035.650</b>	<b>180.104.606</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	19		
Patrimônio Social		50.163.500	62.185.996
Reserva de Contribuição		-	816.784
Superavit / Déficits Acumulados		14.393.018	(12.839.280)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>64.556.518</b>	<b>50.163.500</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>347.239.203</b>	<b>305.694.550</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>20</b>	<b>385.929.812</b>	<b>424.301.633</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados	21	(343.474.206)	(354.179.527)
<b>Superávit Bruto</b>		<b>42.455.606</b>	<b>70.122.106</b>
<u>Despesas Operacionais</u>			
Gerais e Administrativas	<b>22</b>	(34.568.219)	(25.464.721)
Despesas com Pessoal	<b>23</b>	(40.277.267)	(34.389.490)
Outras Receitas e Despesas	<b>24</b>	83.214.823	1.264.652
<b>Total das Despesas Operacionais</b>		<b>8.369.337</b>	<b>(58.589.559)</b>
<b>Superávit (Déficit) Antes das Despesas e Receitas Financeiras</b>		<b>50.824.943</b>	<b>11.532.547</b>
Resultado Financeiro	<b>25</b>	(36.431.925)	(3.919.221)
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>		<b>14.393.018</b>	<b>7.613.326</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Reserva de Contribuição</b>	<b>Superávit (Déficit) Acumulado</b>	<b>Patrimônio Social Total</b>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>62.185.996</b>	<b>816.784</b>	<b>(20.452.606)</b>	<b>42.550.174</b>
Superávit do Exercício	-	-	7.613.326	7.613.326
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>62.185.996</b>	<b>816.784</b>	<b>(12.839.280)</b>	<b>50.163.500</b>
Incorporação do Superávits e Déficits de anos anteriores	(12.022.496)	(816.784)	12.839.280	-
Superávit do Exercício	-	-	14.393.018	14.393.018
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>50.163.500</b>	<b>-</b>	<b>14.393.018</b>	<b>64.556.518</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

**SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**MÉTODO INDIRETO**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (Déficit) do Exercício	14.393.018	7.613.326
<u>Ajustado por:</u>		
Depreciação e Amortização	14.717.633	11.166.969
Direito de Uso - Depreciação	7.921.199	7.279.190
AVP - Arrendamentos	26.535.192	1.452.460
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.064.631	2.358.747
Provisão para Contingências	(923.858)	(1.576.611)
<b>Varição nos Ativos e Passivos Operacionais</b>		
Contas a Receber	(5.501.647)	(20.032.279)
Estoques	(5.728.138)	1.328.562
Adiantamentos	10.436.982	(4.244.645)
Outras Créditos	(480.900)	847.544
Depósitos Judiciais	36.710	(2.093.203)
Fornecedores	(10.113.347)	8.292.490
Obrigações Sociais	(2.147.244)	1.988.191
Obrigações Tributárias	79.672	6.492
Adiantamento de Clientes	(1.780.281)	(7.058.876)
Outras Contas a Pagar	2.449.642	(68.186)
Receitas Diferidas - Subvenções a Realizar	1.012.440	13.922.578
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>56.971.704</b>	<b>21.182.749</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado	(28.706.788)	(12.810.837)
Aquisição de Intangível	-	(1.556.978)
Adições de Direito de Uso	(31.528.310)	(69.600.434)
Baixas de Direito de Uso	-	18.443.837
Baixa de Imobilizado e Intangível	44.538	1.121.934
Adições e Baixas de Aplicações Financeiras	(51.751)	(26.947.076)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(60.242.311)</b>	<b>(91.349.554)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Operações com Empréstimos e Financiamentos	9.360.865	13.841.221
Operações de Passivo de Arrendamento Mercantil	2.678.554	42.734.755
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>	<b>12.039.419</b>	<b>56.575.976</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>8.768.812</b>	<b>(13.590.829)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>34.684.285</b>	<b>48.275.114</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>43.453.097</b>	<b>34.684.285</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

## SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO** **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025** (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON, é uma pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins econômicos, político partidário, de caráter assistencial, regida pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, constituída por prazo indeterminado. Fundada em 28 de outubro de 2004, com atuação no Estado do Paraná, é uma Entidade beneficente e eminentemente direcionada a saúde humana, é centro de referência nacional em especialidades médicas de ponta, com ênfase no transplante de órgãos humanos. Em função de sua complexidade e vinculação com o Sistema Público de Saúde - SUS constitui-se hoje como um hospital de referência estadual e nacional em algumas especialidades médicas. É considerado um marco referencial na região e possui uma equipe multidisciplinar que vem implantando os módulos de sucesso as pessoas que procuram atendimentos, orientações e encaminhamentos. Dispõe de um Núcleo de Ensino e Pesquisa responsável por organizar e otimizar as relações da instituição com o meio acadêmico. Dentre as principais atividades ligadas ao ensino podem-se citar: Residência Médica creditadas pelo MEC nas seguintes especialidades: Cancerologia Cirúrgica; Cardiologia; Cirurgia Geral; Clínica Médica; Ginecologia e Obstetrícia; Oftalmologia; Ortopedia e Traumatologia; Otorrinolaringologia e Pediatria. Especialidade em Cardiologia creditada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC); Ligas acadêmicas como a do Trauma, Pediatria e Coração. Convênio com diversas instituições de ensino nas mais diversas áreas do conhecimento. A Entidade é centro de excelência em transplante de pâncreas e em outros procedimentos de alta complexidade, atuando nas modalidades de alta e média complexidade. Tem sua sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, na Rodovia do Caqui nº 1150, Bairro Araçatuba, CEP 83430-000, e uma filial na cidade de Curitiba, na Rua Doutor Roberto Barrozo, nº 1381, Bairro Bom Retiro, CEP 80520-070, regendo-se por seu Estatuto Social e pela legislação vigente.

a) A Entidade tem como finalidade:

- I) Desenvolver e apoiar as iniciativas que visem proteger o bem-estar e a saúde, com prioridade sobre os pacientes de baixa renda;
- II) Promover campanhas e angariar recursos através de doações e/ou convênios, buscando apoio de organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, respeitada a legislação em vigor;
- III) Celebrar, através de projetos, programas, convênios, e/ou contratos específicos à assistência à saúde;
- IV) Estudar e pesquisar, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos-científicos, que digam respeito à saúde;
- V) Promover ensino e formação de profissionais na área da saúde.
- VI) Desenvolver e apoiar as iniciativas que envolvam promoção da saúde e as atividades voltadas ao cuidado familiar;
- VII) Administrar hospitais, clínicas, laboratórios e demais estabelecimentos de atendimento à saúde, próprio ou de terceiros;
- VIII) Promover o voluntariado para a concepção dos seus objetivos;

- IX) Atendimento hospitalar geral e especializado;
- X) Atendimento em Pronto-Socorro 24 horas e Unidades para atendimento a urgência e emergência;
- XII) A prestação de serviços de diagnóstico e terapêutica; e
- XIII) A prestação de serviços de hemoterapia com agência transfusional.

b) São objetivos específicos da entidade

- I) Atendimento hospitalar geral e especializado;
- II) Atendimentos em Pronto-Socorro 24 horas e Unidades Hospitalares para Atendimento a Urgência e Emergência;
- III) A Prestação de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica.

c) Das atividades e objetivos

Atendimentos para procedimentos clínicos e cirúrgicos de alta e média complexidade, transplantes de órgãos, procedimentos de hemodiálises, radioterapia e quimioterapia para pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, com projetos assistenciais, convênios e programas ou planos de ações direcionadas a saúde, ensino e pesquisa, com seu público-alvo preferencialmente de pacientes do SUS.

Para fazer jus à isenção das contribuições sociais, a entidade detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da Saúde, emitido e renovado pelo Ministério da Saúde. O histórico de certificação da entidade compreende a Portaria nº 323/2011 e as renovações subsequentes pelas Portarias nº 693/2017 e nº 530/2023. Atualmente, a validade do benefício está amparada pela Portaria nº 3.471, de 14 de novembro de 2025, com vigência estabelecida de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Entidade em 30 de abril de 2026.

## **NOTA 02 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e também, de acordo com a ITG 2002 (R1) Entidade Sem Finalidade de Lucros.

## **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **3.2 Compensação Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **3.3 Transações em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Entidade atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

### **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo de cerca de três meses ou menos da data da transação.

### **3.5 Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

### **3.6 Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado utilizando o método do custo médio. O custo das mercadorias compreende o valor da mercadoria líquido dos impostos recuperáveis e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

### **3.7 Outros Ativos**

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

### **3.8 Arrendamentos**

#### **3.8.1 Direito de Uso**

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

### **3.8.2 Passivos de Arrendamento**

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Entidade. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental. Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

### **3.9 Imobilizado**

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e estar em condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração, e líquido dos impostos recuperáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.10 Intangível**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de amortização.

### **3.11 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando o efeito for relevante.

### **3.12 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### 3.13 Mensuração do valor justo

A Entidade mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

### 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

### 3.15 Recursos de Subvenções

Os recursos provenientes de subvenções são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante e/ou não circulante, em contas denominadas “com restrição” nos grupos de Aplicações Financeiras, Imobilizado e outras contas do ativo e a crédito no passivo circulante e não circulante, na conta de Recursos de Subvenções a Executar, e subsequentemente são reconhecidas na Demonstração do Resultado na medida em que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

### **3.16 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **3.17 Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “impairment” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### **3.18 Instrumentos Financeiros**

A Entidade classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### **c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

#### **Reconhecimento e mensuração:**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

#### **Desreconhecimento:**

A entidade desreconhece um ativo financeiro de seu balanço patrimonial quando, e somente quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- O ativo financeiro é transferido e a entidade transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo; ou
- A entidade não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios, mas perde o controle do ativo financeiro.

No caso de retenção de controle do ativo transferido, a entidade continuará a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo com ele.

As transferências que não resultem no desreconhecimento total do ativo financeiro são tratadas de forma que a parte não transferida continue registrada no balanço, reconhecendo-se um passivo financeiro correspondente, se aplicável.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando, e somente quando, a obrigação contratual é extinta — seja pelo pagamento, cancelamento, ou expiração do prazo.

Trocas de instrumentos de dívida ou modificações contratuais substanciais são tratadas como extinção do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A avaliação da modificação considera se os termos novos são substancialmente diferentes dos originais, conforme critérios estabelecidos pela norma contábil.

A Entidade não opera com instrumentos derivativos.

#### **3.19 Reconhecimento da Receita de Serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde prestados pelo Hospital Angelina Caron e doações e taxas oriundos de recursos de pessoas físicas e jurídicas bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

O reconhecimento da receita ocorre na medida que os serviços hospitalares são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a Entidade já cumpriu com a obrigação de desempenho firmada junto ao cliente, e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados

A Entidade reconhece a receita quando for possível atender os critérios:

- i) Identificar o contrato com o cliente;
- ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- iii) Determinar o preço das transações;
- iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

### 3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos estoques, ativos imobilizados e intangíveis;
- d) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Entidade.

A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### NOTA 04 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Mensurado ao Custo Amortizado</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa	43.453.097	34.684.285
Aplicações Financeiras	26.998.827	26.947.076
Contas a Receber de Clientes	30.874.626	31.437.610
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>101.326.550</b>	<b>93.068.971</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
<b>Mensurado ao Custo Amortizado</b>		
Fornecedores	14.014.513	24.127.860
Empréstimos e Financiamento	62.031.026	52.670.161
Passivo de Arrendamento	99.507.009	70.293.263
Outras Obrigações	4.415.165	1.965.523
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>179.967.713</b>	<b>149.056.807</b>

A Entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Entidade e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

- **Risco de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Entidade monitora constantemente o fluxo de recebimentos e pagamentos, avaliando no mercado a possibilidade de captação de recursos na eventual necessidade de garantir caixa para os compromissos

- **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

- **Risco de Câmbio**

A Entidade possui passivos em moeda estrangeira, os quais podem afetar o resultado da mesma pela variação da taxa de câmbio. Acompanha continuamente o comportamento das taxas de câmbio e toma medidas quando necessárias.

## NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### 5.1 Caixa e Equivalente de Caixa

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e Bancos Conta Movimento Sem Restrição	1.389.934	1.654.233
Caixa e Bancos Conta Movimento Com Restrição	550	-
Aplicações Financeiras Sem Restrição	42.062.613	33.030.052
<b>Total de Caixas e Equivalentes de Caixa</b>	<b>43.453.097</b>	<b>34.684.285</b>

### **Aplicações Financeiras**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Itaú	-	3.865.267
Banco do Brasil	806.560	19.316
Bradesco	92.997	7.357.652
Caixa Econômica Federal	1.345.998	2.714.838
Sicredi	12.240.564	6.100.044
Sicoob	-	12.298.897
Santander	768.763	674.038
Safra	5.158.730	-
Daycoval	21.649.001	-
<b>Total de Aplicações Financeiras</b>	<b>42.062.613</b>	<b>33.030.052</b>

A Entidade possui aplicações em títulos de renda fixa em diversos bancos, sendo que a rentabilidade média se equivale à 100% da CDI e possuem liquidez diária.

### 5.2 Aplicações Financeiras

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Aplicações Financeiras Com Restrição	26.998.827	26.947.076
<b>Total de Aplicações Financeiras</b>	<b>26.998.827</b>	<b>26.947.076</b>

### **Aplicações Financeiras**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Banco do Brasil	26.998.827	26.694.486
Caixa Econômica Federal	-	252.590
<b>Total de Aplicações Financeiras</b>	<b>26.998.827</b>	<b>26.947.076</b>

A Entidade possui aplicações em títulos de renda fixa, mantida no Banco do Brasil, sendo que a rentabilidade média se equivale à 100% da CDI e possuem liquidez diária.

As aplicações financeiras com restrição referem-se a recursos recebidos a título de subvenções sociais, vinculados à manutenção das atividades assistenciais da Entidade e a investimentos em infraestrutura.

**NOTA 06 – CONTAS A RECEBER**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contas a Receber	39.986.416	34.484.769
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.111.790)	(3.047.159)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>30.874.626</b>	<b>31.437.610</b>

**Aging List Contas a Receber**

Vencidos acima de 90 dias	9.906.532	11.628.458
Vencidos até 90 dias	7.579.411	5.290.031
A vencer até 90 dias	22.500.473	17.549.527
A vencer de 91 a 180 dias	-	16.453
A vencer acima de 365 dias	-	300
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.111.790)	(3.047.159)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>30.874.626</b>	<b>31.437.610</b>

**Contas a Receber por Tipo de Moeda**

Reais	30.874.626	31.437.610
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>30.874.626</b>	<b>31.437.610</b>

**NOTA 07 – ESTOQUES**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Materiais Clínicos e Cirúrgicos	8.797.392	5.453.807
Estoque de Materiais de Expediente	85.589	76.063
Estoque de Produtos da RFB	394.332	294.804
Adiantamento para Compra de Estoque	2.275.499	-
<b>Total dos Estoques</b>	<b>11.552.812</b>	<b>5.824.674</b>

**NOTA 08 – ADIANTAMENTOS**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamento a Funcionários	811.141	1.462.566
Adiantamento a Fornecedores	-	9.785.556
<b>Total de Adiantamentos</b>	<b>811.141</b>	<b>11.248.122</b>

**NOTA 09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Depósitos Judiciais	2.549.793	2.586.503
<b>Total de Depósitos Judiciais</b>	<b>2.549.793</b>	<b>2.586.503</b>

## NOTA 10 – IMOBILIZADO

	Florestas	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Sistema e Equip. de Inform.	Benfeitorias	Veículos	Consórcios	Adiantamentos	Total
Custo	60.394.840	97.098.378	9.006.072	3.431.075	1.198.516	682.027	44.589	-	171.855.497
Depreciação Acumulada	-	(41.174.036)	(6.682.438)	(2.573.168)	-	(478.927)	-	-	(50.908.569)
<b>Saldo contábil em 31/12/2023</b>	<b>60.394.840</b>	<b>55.924.342</b>	<b>2.323.634</b>	<b>857.907</b>	<b>1.198.516</b>	<b>203.100</b>	<b>44.589</b>		<b>120.946.928</b>
Adições	-	11.897.834	616.615	274.617	-	-	21.771	-	12.810.837
Baixas	-	(1.059.231)	-	-	-	-	(50)	-	(1.059.281)
Depreciação	-	(8.322.286)	(1.350.686)	(520.101)	-	(96.803)	-	-	(10.289.876)
Custo	60.394.840	107.936.981	9.622.687	3.705.692	1.198.516	682.027	66.310	-	183.607.053
Depreciação Acumulada	-	(49.496.322)	(8.033.124)	(3.093.269)	-	(575.730)	-	-	(61.198.445)
<b>Saldo contábil em 31/12/2024</b>	<b>60.394.840</b>	<b>58.440.659</b>	<b>1.589.563</b>	<b>612.423</b>	<b>1.198.516</b>	<b>106.297</b>	<b>66.310</b>		<b>122.408.608</b>
Adições	-	20.611.693	446.601	127.845	-	27.120	18.323	7.475.206	28.706.788
Baixas	-	-	-	-	-	-	(44.538)	-	(44.538)
Depreciação	-	(13.210.685)	(736.833)	(306.601)	-	(52.941)	-	-	(14.307.060)
Custo	60.394.840	128.548.674	10.069.288	3.833.537	1.198.516	709.147	40.095	7.475.206	212.269.303
Depreciação Acumulada	-	(62.707.007)	(8.769.957)	(3.399.870)	-	(628.671)	-	-	(75.505.505)
<b>Saldo contábil em 31/12/2025</b>	<b>60.394.840</b>	<b>65.841.667</b>	<b>1.299.331</b>	<b>433.667</b>	<b>1.198.516</b>	<b>80.476</b>	<b>40.095</b>	<b>7.475.206</b>	<b>136.763.798</b>

As adições registradas no exercício de 2025 referem-se, predominantemente, a máquinas e equipamentos destinados à prestação de serviços, com destaque para a aquisição da Unidade Funcional Robótica pela Entidade.

Os adiantamentos registrados no exercício de 2025 referem-se, predominantemente, a valores antecipados para aquisição de máquinas e equipamentos, tanto no mercado interno quanto no externo, cujos recursos, recebidos de terceiros, encontram-se vinculados a esses projetos.

## NOTA 11 – INTANGÍVEL

	<b>Softwares</b>	<b>Total</b>
<b>Taxa de amortização</b>	<b>20%</b>	
Custo	2.884.527	2.884.527
Amortização Acumulada	(2.312.697)	(2.312.697)
<b>Saldo contábil em 31/12/2023</b>	<b>571.830</b>	<b>571.830</b>
Adições	1.556.978	1.556.978
Baixas	(62.653)	(62.653)
Amortização	(877.093)	(877.093)
Custo	4.378.852	4.378.852
Amortização Acumulada	(3.189.790)	(3.189.790)
<b>Saldo contábil em 31/12/2024</b>	<b>1.189.062</b>	<b>1.189.062</b>
Amortização	(410.573)	(410.573)
Custo	4.378.852	4.378.852
Amortização Acumulada	(3.600.363)	(3.600.363)
<b>Saldo contábil em 31/12/2025</b>	<b>778.489</b>	<b>778.489</b>

## NOTA 12 – DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

### 12.1 – Direito de Uso

	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
<b>Vida útil dos contratos</b>	<b>2 a 20 anos</b>	
Custo	32.927.179	32.927.179
Amortização Acumulada	(7.665.028)	(7.665.028)
<b>Direito de Uso em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>25.262.151</b>	<b>25.262.151</b>
(+) Adições	69.600.434	69.600.434
(-) Baixas	(32.293.475)	(32.293.475)
(-) Amortizações	(7.279.190)	(7.279.190)
(+) Baixa de Amortizações	13.849.638	13.849.638
Custo	70.234.138	70.234.138
Amortização Acumulada	(1.094.580)	(1.094.580)
<b>Direito de Uso em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>69.139.558</b>	<b>69.139.558</b>
(+) Adições	31.528.310	31.528.310
(-) Amortizações	(7.921.199)	(7.921.199)
Custo	101.762.448	101.762.448
Amortização Acumulada	(9.015.779)	(9.015.779)
<b>Direito de Uso em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>92.746.669</b>	<b>92.746.669</b>

## 12.2 – Passivo de Arrendamento

Passivo de Arrendamento	Imóveis	(-) Encargos	Total
<b>Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>29.843.692</b>	<b>(3.737.644)</b>	<b>26.106.048</b>
(+) Adições	264.000.000	(194.399.566)	69.600.434
(-) Baixas	(20.689.580)	2.245.743	(18.443.837)
(-) Pagamentos do Período	(8.421.842)	1.452.460	(6.969.382)
<b>Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>264.732.270</b>	<b>(194.439.007)</b>	<b>70.293.263</b>
(+) Adições	135.794.616	(104.266.306)	31.528.310
(-) Pagamentos do Período	(28.849.756)	26.535.192	(2.314.564)
<b>Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>371.677.130</b>	<b>(272.170.121)</b>	<b>99.507.009</b>
Parcela Circulante	30.085.776	(29.006.739)	1.079.037
Parcela Não Circulante	341.591.354	(243.163.382)	98.427.972

Os saldos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento referem-se às edificações que abrigam as atividades operacionais da entidade. O aumento do saldo decorre do reajuste contratual realizado no período, com majoração dos valores de aluguel vigentes até março de 2027.

### NOTA 13 – FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores Nacionais	13.701.506	23.952.247
Serviços Autônomos Residentes	313.007	175.613
<b>Total de Fornecedores</b>	<b>14.014.513</b>	<b>24.127.860</b>
<b>Aging List Contas a Pagar a Fornecedores</b>		
Vencidos há mais de 365 dias	381.496	3.734.971
Vencidos até 365 dias	280.536	11.926.845
A vencer até 90 dias	12.343.812	8.466.044
A vencer de 91 a 180 dias	637.528	-
A vencer de 181 a 365 dias	367.891	-
A vencer há mais de 365 dias	3.250	-
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>14.014.513</b>	<b>24.127.860</b>
<b>Contas a Pagar por Tipo de Moeda</b>		
Reais	14.014.513	24.127.860
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>14.014.513</b>	<b>24.127.860</b>

## NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<b>Garantias</b>	<b>Taxa de Juros (a.a.)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Outros Bancos	Imobilizado	7,8% + Libor	896.177	1.232.244
Caixa Econômica Federal	Faturamento SUS	8,16 % a 16,49% + TR	33.088.553	37.432.917
Sicoob	Carta Fiança	2,46% a 5,5% + TR	27.473.795	14.000.000
Sicredi	Aval	8,50%	572.501	5.000
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>62.031.026</b>	<b>52.670.161</b>
Parcela Circulante			8.569.294	5.990.802
Parcela Não Circulante			53.461.732	46.679.359
<b>Total</b>			<b>62.031.026</b>	<b>52.670.161</b>

### **Aging List Empréstimos e Financiamentos**

2025	-	5.990.802
2026	8.569.294	5.796.173
2027	8.806.109	6.123.840
2028	8.961.933	6.301.055
A partir de 2029	35.693.690	28.458.291
<b>Total</b>	<b>62.031.026</b>	<b>52.670.161</b>

### **Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda**

Dólares	896.177	1.232.244
Reais	61.134.849	51.437.917
<b>Total</b>	<b>62.031.026</b>	<b>52.670.161</b>

## NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Rescisões a Pagar	17.591	-
Provisão de Férias e Férias a Pagar	8.151.595	8.371.324
INSS a Pagar	652.320	785.035
Outras Obrigações Sociais	82.476	73.629
Salários a Pagar	4.080.420	4.280.777
Provisão de FGTS sobre Férias e FGTS a Pagar	947.685	2.219.143
IRRF s/ Folha a Pagar	618.245	967.668
<b>Total das Obrigações Sociais</b>	<b>14.550.332</b>	<b>16.697.576</b>

## NOTA 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Convênios a Pagar	1.038.140	1.490.010
Crédito Consignado a Pagar	486.570	442.344
Cartões de Créditos a Pagar	2.851.558	-
Outras Contas a Pagar	38.897	33.169
<b>Total de Outras Obrigações</b>	<b>4.415.165</b>	<b>1.965.523</b>

## NOTA 17 – RECEITAS DIFERIDAS – SUBVENÇÕES A REALIZAR E A EXECUTAR

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade recebeu recursos a título de subvenções sociais destinadas à manutenção de suas atividades assistenciais e investimentos em infraestrutura. Essas subvenções foram concedidas por entes públicos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como por meio de doações privadas com finalidade específica e referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivos fiscais, como o FIA (Fundo para Infância e Adolescência), PRONON (Programa Nacional de Apoio a Atenção Oncológica), PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência).

A composição dos saldos de subvenções está apresentada da seguinte forma:

### Subvenções a Realizar

	2025	2024
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e Bancos Conta Movimento Com Restrição	550	-
Aplicações Financeiras Com Restrição	26.998.827	26.947.076
Adiantamento para Compra de Estoque	144.989	-
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Imobilizado	49.357.200	49.815.742
Intangível	778.489	1.189.062
<b>Total Ativo</b>	<b>77.280.055</b>	<b>77.951.880</b>

### Subvenções a Executar

<b>Passivo Circulante</b>		
Receitas Diferidas - Subvenções a Executar	16.634.682	16.824.352
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Receitas Diferidas - Subvenções a Executar	60.645.373	59.443.263
<b>Total Passivo</b>	<b>77.280.055</b>	<b>76.267.615</b>

Os recursos captados serão aplicados conforme o plano de aplicação de cada projeto e/ou convênio, todos sujeitos a auditorias contínuas e rigorosas prestações de contas.

## NOTA 18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram constituídas com base nas informações fornecidas pelos assessores jurídicos cuja probabilidade de perda foi considerada provável, conforme abaixo:

	2025	2024
Contingências Trabalhistas	1.903.031	4.324.431
Contingências Cíveis e/ou Tributárias	1.597.542	100.000
<b>Total da Provisão para Contingências</b>	<b>3.500.573</b>	<b>4.424.431</b>
Depósitos Judiciais (nota 09)	2.549.793	2.586.503
<b>Total de Depósitos Judiciais</b>	<b>2.549.793</b>	<b>2.586.503</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>950.780</b>	<b>1.837.928</b>

Além disso, as provisões indicadas pelos assessores cuja probabilidade de perda foi considerada possível totalizaram em 2025 o montante de R\$ 20.308.708 (R\$ 8.465.395 em 2024).

## NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Patrimônio Social

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2025 é formado pelo montante de R\$ 50.163.500 (R\$ 62.185.996 em 2024).

### b) Reserva de Contribuição

A reserva de contribuição era formada pelo montante de R\$ 816.784 e foi constituída em decorrência da discussão que havia à época da concessão da imunidade tributária para entidades filantrópicas, prevista no artigo 150 da Constituição Federal. A referida reserva foi incorporada ao Patrimônio Social.

### c) Superávit/Déficit do Exercício

O saldo de Superávit ou Déficit do exercício será colocado à disposição da assembleia geral para incorporação ao Patrimônio Social.

## NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### a) Receitas com Restrição

São as receitas pela prestação de serviços para o Sistema Único de Saúde – SUS, executados através de termos de convênio, termos de fomento e contratos com os Órgãos Públicos; Federal e Estadual para aplicação específica tendo como base a execução dos serviços hospitalares de internamentos e procedimentos ambulatoriais, contabilizadas pelo regime de competência até a data base do encerramento do período.

	2025	2024
Convênio SUS – Internamento	184.595.539	160.406.136
Convênio SUS – Ambulatório	49.988.249	62.441.134
Convênio SUS – IAC	5.306.812	7.749.903
SUS- Incentivo AVC	1.091.808	1.091.718
Convênio Hosp. SUS	4.610.222	4.920.000
Convênio SUS – IAM Portaria nº 1287	8.141.690	8.141.690
SUS Incentivo UTI NEO	949.864	949.864
SUS Incentivo Diárias Extras de UTI	3.741.253	6.806.502
POA-Incentivos-Hospmais	45.505.769	38.117.938
Subvenções com restrição	32.743.060	34.098.355
<b>Total de Receitas com Restrição</b>	<b>336.674.266</b>	<b>324.723.240</b>

### b) Receitas sem Restrição

Receita pela prestação de serviços para convênios assistências, privados e particulares, realizados pela matriz e pela filial de Curitiba, tendo como base a execução dos serviços hospitalares de internamentos e procedimentos ambulatoriais, contabilizadas pelo regime de competência até a data base do encerramento do período, além disso, doações voluntárias recebidas ao longo do período de pessoas jurídicas e pessoas físicas, contabilizadas até a data base do encerramento do período.

Convênios Assistenciais	842.831	705.346
Convênios Privados	25.346.456	22.004.945
Estudo Científico	3.601.787	2.450.584
Pacientes Particulares	35.180.467	76.759.280
Doações Recebidas	2.857.141	1.374.695
Receita Unicaron	-	96.049
<b>Total de Receitas sem Restrição (b)</b>	<b>67.828.682</b>	<b>103.390.899</b>

Receitas com Restrição	336.674.266	324.723.240
Receitas sem Restrição	67.828.682	103.390.899
(-) Glosas e Devoluções	(18.573.136)	(3.812.506)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>385.929.812</b>	<b>424.301.633</b>

As receitas com restrição apresentaram crescimento no período, impulsionadas pelo maior volume de procedimentos hospitalares registrados no Convênio SUS – Internamento e pelo bom desempenho nos indicadores de qualidade do programa POA – Incentivos Hospmais, parcialmente compensados pela retração nas receitas ambulatoriais e nas diárias extras de UTI.

As receitas sem restrição recuaram significativamente, resultado da forte queda na receita de pacientes particulares, ocasionada pela transformação estrutural no mercado de gastroplastia, segmento em que a disseminação de tratamentos farmacológicos não invasivos deslocou parte relevante da demanda antes direcionada ao procedimento cirúrgico. As demais linhas apresentaram desempenho positivo, com crescimento em convênios privados, estudos científicos e doações recebidas.

As glosas sobre serviços reconhecidas no exercício referem-se a valores cuja realização mostrou-se inviável após esgotadas as negociações com os órgãos gestores federal e estadual, em razão de os montantes ultrapassarem o teto orçamentário estabelecido para o período.

#### **NOTA 21 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Serviços Médicos	(128.060.488)	(115.889.654)
Gastos com Pessoal	(93.620.055)	(95.647.788)
Materiais e Medicamentos Aplicados	(84.797.286)	(110.744.294)
Depreciações e Amortizações	(17.510.683)	(17.255.302)
Locação e Manutenção de Equipamentos	(9.391.872)	(8.275.323)
Outros Custos Aplicáveis	(1.247.657)	(521.175)
Energia Elétrica	(1.323.467)	(2.534.195)
Outros Custos	(7.522.698)	(3.311.796)
<b>Total dos Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(343.474.206)</b>	<b>(354.179.527)</b>

#### **NOTA 22 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Depreciações e Amortizações	(986.386)	(266.758)
Manutenções	(7.992.418)	(7.316.780)
Gastos com Veículos e Locações	(1.210.426)	(239.706)
Serviços de Informática	(553.670)	(607.044)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(1.149.103)	(163.054)
Despesas com Subvenções com Restrições	(2.340.479)	(1.252.925)
Despesas Judiciais	(2.802.708)	(1.592.608)
Seguros	(249.575)	(230.692)
Provisões para Contingências	923.858	-
Despesas com Imóveis	(673.892)	-
Serviços de PJs	(17.533.420)	(13.795.154)
<b>Total de Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(34.568.219)</b>	<b>(25.464.721)</b>

O crescimento nas despesas gerais e administrativas no exercício decorre, predominantemente, da maior contratação de serviços de terceiros para atendimento às demandas administrativas da Entidade.

#### **NOTA 23 – DESPESAS COM PESSOAL**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários	(14.762.710)	(15.027.799)
13º Salário	(1.443.563)	(1.396.341)
Férias	(2.491.870)	(1.921.508)
Indenizações Trabalhistas	(364.491)	-
Verbas Rescisórias	(672.018)	(175.761)
FGTS	(2.904.396)	(1.783.729)
Alimentação	(16.663.975)	(13.324.994)
Vale Transporte	(974.244)	(759.358)
<b>Total das Despesas de Pessoal</b>	<b>(40.277.267)</b>	<b>(34.389.490)</b>

O crescimento nas despesas com pessoal no exercício reflete as rescisões contratuais ocorridas no período, acrescido dos reajustes salariais e do benefício de vale-alimentação, ambos decorrentes de acordo sindical.

#### **NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita com Cessão de Direitos (a)	81.357.926	-
Recuperação de Despesas (b)	381.243	450.940
Comissões	-	9.776
Eventos Sociais	57.945	13.374
Outras Receitas e Despesas (c)	1.417.709	790.562
<b>Total das Outras Receitas e Despesas</b>	<b>83.214.823</b>	<b>1.264.652</b>

- (a) Refere-se ao montante recebido pela cessão de direitos creditórios decorrentes do processo movido pela entidade para revisão da Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP).
- (b) Referem-se a baixas de provisões da folha de pagamento em 2025 e adiantamentos de clientes que estavam em aberto há longa data em 2024.
- (c) Referem-se em sua maioria a recebimentos de empresas conveniadas que utilizam o refeitório próprio do hospital e a recebimentos de taxas de inscrição de provas de residência médica através do ASAAS.

**NOTA 25 – RESULTADO FINANCEIRO**

	2025	2024
<b>Receitas Financeiras</b>		
Descontos Obtidos	1.724.978	3.953.606
Juros Recebidos	57.255	263.524
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.921.547	2.880.794
Variações Monetárias Ativas	979.156	44.871
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>7.682.936</b>	<b>7.142.795</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas Bancárias	(395.442)	(487.730)
Variações Monetárias Passivas	(105.816)	(147.478)
Encargos sobre arrendamento	(26.535.192)	(1.452.460)
Juros sobre Contrato de Arrendamento	(5.111.703)	-
Juros e Multas	(10.973.524)	(8.115.073)
Taxas de Cartão de Crédito	(993.184)	(859.275)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(44.114.861)</b>	<b>(11.062.016)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(36.431.925)</b>	<b>(3.919.221)</b>

O crescimento nas despesas financeiras no exercício decorre, conjuntamente, dos encargos financeiros incidentes sobre os contratos de arrendamento mercantil e dos juros apurados sobre o contrato de confissão de dívida relativo a parcelas de arrendamento em atraso.

**NOTA 26 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS**

A Entidade, qualificada como instituição de saúde sem fins lucrativos, goza de imunidades e isenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal. Em função dessa natureza jurídica e de seu enquadramento legal como entidade beneficente certificada, a Entidade usufruiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de benefícios fiscais relativos a tributos incidentes sobre sua operação, conforme demonstrado a seguir:

	Base Legal	2025	2024
<b>Sobre o Lucro</b>			
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>		<b>14.393.018</b>	<b>7.613.326</b>
IRPJ	CF, Art. 150	3.598.255	1.903.332
CSLL	CF, Art. 150	1.295.372	685.199
<b>IRPJ e CSLL do Exercício</b>		<b>4.893.627</b>	<b>2.588.531</b>
<b>Sobre o Faturamento</b>	<b>Base Legal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>390.576.163</b>	<b>424.301.633</b>
Pis - Cumulativo	CF, Art. 150	2.538.745	2.757.961
Cofins - Cumulativo	CF, Art. 150	11.717.285	12.729.049
ISS	Isenção Municipal	19.528.808	21.215.082
<b>Tributos sobre Faturamento</b>		<b>33.784.838</b>	<b>36.702.092</b>
<b>Sobre a Folha de Pagamento</b>	<b>Base Legal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
INSS Patronal	Lei 12.101/09 e LC 187/21	19.580.761	23.720.547
<b>Tributos sobre a Folha de Pagamento</b>		<b>19.580.761</b>	<b>23.720.547</b>

## **NOTA 27 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

Os bens da Entidade estão segurados conforme discriminado a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor Cobertura R\$</b>	<b>Vigência</b>
Riscos Operacionais	Ativos Imobilizados e Veículos	R\$ 232.600.000	04/07/2025 à 04/07/2026

As premissas de análise de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \* \* \*

## RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e1a42c0f-0be1-45d6-a9ef-a54b83351ee3>

Chave de acesso: e1a42c0f-0be1-45d6-a9ef-a54b83351ee3



Hash do documento

8a41ffda22544b740ef9c422610a3a70617bc9156f2dc25cfd74cfd0682cb0de

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 19-05-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):

PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE JORNAIS S/C LTDA - 04.269.755/0001-47 em  
19/05/2026 16:41:43 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: eliziojornal@gmail.com

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 45.187.82.172

PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE  
JORNAIS S/C LTDA



Documento eletrônico assinado digitalmente.  
Validade jurídica assegurada conforme  
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.

PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE JORNAIS S/C LTDA - 04.269.755/0001-47 em  
19/05/2026 16:41:50 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: eliziojornal@gmail.com

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 45.187.82.172



Documento eletrônico assinado digitalmente.  
Validade jurídica assegurada conforme  
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.